

O Serviço de Atendimento Educacional Especializado/AEE e Práticas Pedagógicas na Perspectiva da Educação Inclusiva

Specialized Educational Tutoring Service ?SETS and Educational Practices in Inclusive Education Perspective

Simone de Mamann Ferreira¹; Eloisa Barcellos de Lima²; Fernanda Albertina Garcia³.

Resumo

O estudo tem por objetivo evidenciar a importância do serviço do Atendimento Educacional Especializado /AEE organizado e oferecido para os alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista/TEA e altas habilidades/superdotação - AH/SD, proposto em documentos de âmbito federal como a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aprovada no ano de 2008. Este serviço é realizado pelo professor de educação especial, e tem por finalidade favorecer o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de diferentes habilidades, contribuindo assim para a participação do aluno no ensino regular, por meio de distintas estratégias e metodologias.

Abstract

The study aims at evidencing the importance of the Specialized Educational Tutoring Service /SETS, which is organized and offered to students with deficiency, Autistic Spectrum Disorders/ASTD and high cognitive skills/giftedness – HCS/SD proposed in federal legislation such as the Special Education Policies for the Inclusive Education passed in 2008. The service is provided by the special education teacher and searches for promoting the development and implementing of diverse abilities; helping the participation of the regular school student through different strategies and methodologies.

Palavras-chave: Aluno(s) público-alvo da educação especial. Professor de educação especial. Atendimento Educacional Especializado.

Keywords: student(s) target audience of the inclusive audience. Special Education Teacher. Specialized Educational Tutoring.

¹ Professora de Educação Especial do Colégio de Aplicação/UFSC. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. simone.mamann@ufsc.br

² Professora de Educação Especial no Colégio de Aplicação/UFSC. Doutoranda em Epistemologia e História das Ciências (UNTREF). eloisa_barcellos@hotmail.com

³ Professora de Educação Especial do Colégio de Aplicação/UFSC. Mestranda da Linha Educação e Comunicação/PPGE/UFSC. garciaafnanda@gmail.com

Introdução

O presente estudo discorre a respeito do serviço do Atendimento Educacional Especializado/AEE na área da Educação Especial para os alunos com deficiência (surdez, intelectual, auditiva, física, múltipla e surdocegueira), Transtorno do Espectro do Autismo/TEA e altas habilidades/superdotação - AH/SD.

Este serviço está previsto em leis de âmbito federal, como na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aprovada em 2008 e na Resolução nº 04 de 2009 do Conselho Nacional de Educação, sendo obrigatória sua oferta pelos sistemas de ensino.

Para os alunos público alvo da Educação Especial que está previsto tal serviço e, nesta reflexão sobre a experiência no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), aborda-se as práticas pedagógicas que são realizadas neste serviço e que são complementares a formação deste aluno para seu sucesso no ensino regular, o qual frequenta.

O Colégio de Aplicação/CA/UFSC oferece este serviço por meio das 14 docentes de Educação Especial que foram nomeadas, a partir de concurso público¹. Este atendimento é ofertado aos alunos com deficiência, TEA e AH/SD, no contra turno escolar e que frequentam este estabelecimento de ensino.

O CA/UFSC, também conta com trabalho de co-docência e ensino colaborativo de co-docência em sala de aula. O professor do ensino regular e professor especializado compartilham este espaço, buscando de forma efetiva, as práticas pedagógicas condizentes para que todos os alunos sejam beneficiados em seu processo de ensino e aprendizagem, com estratégias e atividades organizadas, a partir das necessidades dos alunos público alvo da educação especial.

Atualmente o CA/UFSC conta com a matrícula e frequência de em torno 61 alunos com deficiência, TEA e AH/SD, distribuídos desde os anos iniciais até o ensino médio no ensino regular, respeitando a cota de 5% das vagas em séries e/ou anos, destinadas ao sorteio destes alunos para ingressarem no ensino regular do colégio.

¹ Conforme Edital nº123/DDP/2014 (site: <http://segesp.ufsc.br/files/2014/09/Candidatos-Nomeados-Edital-123DDP2014.pdf>)

Esta reflexão é fruto de experiências e análises realizadas a partir de outubro de 2014 até julho de 2015, no sentido de contribuir para a organização e reorganização do serviço periodicamente.

1. Atendimento de educação especial: uma prática recente

O AEE é um serviço da educação especial, realizado no período contrário ao frequentado pelo aluno no ensino regular, e sua oferta é obrigatória a todos os alunos público-alvo da educação especial (BRASIL, 2008).

O profissional que atua neste atendimento é o professor de educação especial, que deve ter formação específica na área de atuação. No atendimento realizado no contra turno, as necessidades e potencialidades são trabalhadas, com a finalidade de oferecer novos caminhos para aprender, ao aluno público-alvo da educação especial, e de fato ter suas diferenças atendidas e respeitadas. A partir do atendimento, o professor de educação especial pode contribuir com observações e sugestões quanto ao trabalho realizado em sala de aula, para juntamente com o professor do ensino comum pensarem em possibilidades de intervenção.

Este atendimento é definido pela Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, tendo como

(...) função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 10)

Pode-se observar na citação acima, que o AEE é um atendimento com caráter complementar e/ou suplementar ao ensino regular, sendo importante para a formação do aluno que o frequenta, pois é, neste espaço, que será abordado os campos conceituais, os quais possibilitarão maior compreensão dos temas trabalhados em sala de aula, com a perspectiva de focar nas necessidades dos alunos.

Os sistemas de ensino tem o compromisso de oferecer este atendimento aos alunos público alvo da Educação Especial, como indicado na Resolução nº 04 de 2009 do Conselho Nacional de Educação, em seu parágrafo único mostra que:

(...) os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2009, p. 1)

Cabe esclarecer que todos os sistemas de ensino, municipal, estadual e federal devem organizar este tipo de atendimento, conforme indicado na citação acima, sendo de caráter obrigatório a oferta aos alunos público-alvo da Educação Especial.

As atividades do AEE também são indicadas no documento da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

(...) são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. O atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializado públicos ou conveniados. (BRASIL, 2008, p. 10)

Tais atividades são organizadas pelos professores de educação especial formados na área e, em outros casos, tendo especialização na área para atuar juntos a estes alunos. O CA/UFSC conta com 16 docentes nesta área, sendo 2 especificamente para LIBRAS. Os docentes de educação especial atuam diretamente em sala de aula com alunos com deficiência, TEA e AH/SD e em sala de recursos multifuncional realizando o AEE.

A partir da perspectiva da educação inclusiva, faz-se necessário refletir sobre o atendimento aos alunos público alvo da Educação Especial que frequentam a escola regular e o currículo comum, observando o atendimento de suas necessidades, visto que seu processo de ensino e aprendizagem, assim como os demais alunos, é único e constituído de peculiaridades.

Ao refletir-se sobre a importância da escola no processo de inclusão, nenhum outro espaço seria capaz de substituir seu caráter social e de ensino. O ambiente escolar constitui-se um espaço privilegiado para a construção do saber historicamente constituído, ou seja, este lugar é fundamental para o desenvolvimento, como um todo, dos alunos, os quais participam deste contexto e para a pessoa com deficiência não poderia ser diferente. Portanto, a educação inclusiva fomenta o repensar das práticas na escola comum, por meio de ações que atendam

as diferenças considerando também os distintos contextos, que este sujeito faz parte. Assim, para Mittler (2003):

A Inclusão implica uma reforma radical nas reformas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamentos dos alunos em sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que todos se sintam bem vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o background social, o nível de aquisição educacional ou a deficiência. (MITTLER, 2003, p34)

Neste sentido, a proposta inclusiva demanda uma reforma na estrutura educacional. A organização dos alunos nos espaços educativos, o currículo deve ser repensado, assim como as formas de avaliação. A diversidade deve ser percebida, valorizada e atendida neste espaço que é composto pela diferença. Assim, faz-se necessário pensar: Como incluir o diferente em uma escola com o currículo engessado e com uma avaliação tradicional e que não respeita o ritmo e a singularidade de cada aluno? Como avançar em relação às propostas metodológicas que atenda e respeite a todos?

Levando em consideração estes desafios vividos na escola, destaca-se a dificuldade que esta enfrenta ao se flexibilizar, ao diversificar o seu currículo, ao trabalhar com alunos que não compõe o padrão determinado de normalidade². Índices e metas são colocados à escola, deslocando assim o foco para uma corrida incessante por resultados numéricos, e não para o desenvolvimento voltado as especificidades dos alunos. A escola, ainda, se caracteriza como uma instituição estruturada para atender alunos que correspondem a um ideal padrão, e não para o sujeito singular que é seu aluno, ou seja, o aluno real heterogêneo; realiza sua atividade pedagógica a partir de um sistema organizado por um currículo inflexível; e seleciona os conteúdos de acordo com uma sequência rígida, com vistas a uma complexidade crescente, partindo de critérios padronizados de desenvolvimento psicológico baseado em etapas. (FERREIRA, 2005, p148)

Desta forma, independentemente das condições e características apresentadas, por seus diferentes alunos, àqueles que não conseguem acompanhar o ritmo imposto, são marginalizados e excluídos. Agora permanecem na escola, porém este espaço educativo ainda apresenta grandes dificuldades em avançar, pela falta de atenção à diversidade, ao manter um

² Por padrão de normalidade se entende o sujeito ideal, aquele que não apresentaria qualquer dificuldade ou necessidade de adequação.

ensino veementemente pautado em currículo inflexível, onde seu conteúdo é desenvolvido da mesma maneira para todos os alunos, de forma única.

O desenvolvimento de algumas metas diferencia-se dentro dos mesmos objetivos escolares, com vistas à superação da rigidez da escola e oportunizar aos alunos a aprendizagem com qualidade social, assim é imprescindível viabilizar estratégias e metodologias de ensino e avaliação demonstrando que “(...) não é necessário que se tenha as mesmas metas educacionais quando aprendem juntos” (FERREIRA, 2005, p144). Nesta perspectiva, faz-se necessário superar a condição de alcance de metas padronizadas, estipuladas de forma excludente. Ao reconhecer a diversidade, o caminho a ser percorrido em busca da educação inclusiva, deve ser aquele que tem como eixo norteador, a percepção dos alunos como parâmetro dele mesmo, respeitando assim as diferenças por eles apresentados. Ao definir educação Inclusiva, destacam-se os estudos de Beyer (2006):

A educação inclusiva caracteriza-se como um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar, não apenas como situação provocadora de interação entre as crianças com situações pessoais as mais adversas. Além dessa interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas, é fundamental uma pedagogia que se dilate ante as diferenças do alunado. (BEYER, 2006, p.85)

O autor nos atenta para o grande objetivo de estar na escola para aprender, e não apenas interagir. Esta é a educação que se quer, e se busca incessantemente todos os dias e que ainda tem-se muito a superar até alcançá-la. Desta forma, se observa muitos aspectos relacionados à organização escolar perante a diferença. A escola deve se adequar à proposta de ensino a fim de que diferentes alunos apropriem-se do conhecimento. De outra forma, ainda continuar-se-á nos tempos da integração escolar. O aumento significativo do **número** de matrículas de pessoas com deficiência nas escolas, exige do Sistema escolar, a eliminação dos entraves por parte das instituições em atender as diferenças, valorizando e potencializando suas habilidades.

1.1. Atendimento educacional especializado: reflexões sobre o público que abrange

O uso de recursos e materiais variados no AEE é de extrema importância para contribuir com o desenvolvimento de vários aspectos nos alunos. Se pode exemplificar, no caso de alunos com TEA, a necessidade de ampliar a atenção; o desenvolvimento das relações com o outro; percepção daquilo que o aluno procura transmitir, por meio de expressões faciais ou o que sente; como também, ampliar sua linguagem oral; ou ainda com outras formas de

comunicação como no uso de comunicação aumentativa alternativa/CAA, quando necessário, como importante instrumento de apoio ao aluno sem comunicação oral, ou ainda aqueles que apresentam maiores dificuldades na linguagem.

Segundo Camargos Jr. (2005), deve-se buscar a otimização das capacidades, sem direcionar o trabalho em busca de cura. É necessário pesquisar as dificuldades na escola, no social e na comunicação a fim de construir um plano de trabalho que lhe possibilite as aprendizagens e a diminuição de estereotipias. É fundamental que o aluno melhore a sua comunicação social, passe a compartilhar o olhar, interaja com outras pessoas e envolva-se com tarefas diferenciadas, porém tendo o cuidado na preparação do ambiente e da rotina.

Salienta-se a necessidade de trabalhar de forma conjunta com o professor de sala de aula do aluno que é atendido no AEE, afim que trocar informações e orientá-lo com relação às particularidades dos alunos público-alvo da Educação Especial e da organização do planejamento com estratégias e atividades acessíveis a estes alunos, buscando incluir a todos, independente de sua condição.

Dentre os alunos público alvo que apresentam como característica a deficiência visual, deficiência auditiva ou surdez, deficiência intelectual, deficiência física, Transtornos do Espectro Autista e Altas habilidades/superdotação, necessitamos reunir diferentes áreas do conhecimento para favorecer sua plena participação no ensino comum. Cada área de atuação conta com uma série de conhecimentos específicos, os quais dão suporte às necessidades dos alunos, como por exemplo, o soroban para alunos cegos, este recurso auxilia na aprendizagem de matemática.

1.2 Inclusão: o Atendimento Educacional Especializado em Questão

Os elementos fundamentais para a compreensão e orientação do AEE para alunos com deficiência, TEA e AH/SD, na perspectiva da educação inclusiva, parte da legislação brasileira para a educação nacional. As políticas públicas oferecem subsídios de orientação e apoio na área educacional, alicerçado na concepção pedagógica da diversidade e da diferença como inerente ao humano, superando a lógica da homogeneidade e normalização.

Inicialmente analisa-se a função da escola comum, a qual contribui na inserção do aluno no mundo social, cultural e científico. Ressalta-se também o direito de todo o ser

humano ao acesso a esses bens coletivos, que pretendem colocar os sujeitos em interação com os conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo da história.

A escola brasileira, historicamente, teve sua expansão ao abranger as pessoas advindas das classes populares, com fins de progresso nacional. Ao longo dos anos houveram algumas mudanças, mas a essência da busca dos resultados, sob a ótica de um currículo oficial comum, alicerçado em bases legais, homogêneas, disciplinares e conteudistas permaneceram.

Diante deste entendimento a escola comum vem se reestruturando no atendimento dos alunos com deficiência, TEA, AH/SD, percebendo os diferentes funcionamentos no contexto educacional. O modelo integracionista da escola comum instituía a adaptação do sujeito ao sistema, enquanto a inclusão orienta a adaptação do sistema educacional às necessidades e potencialidades dos alunos, tendo esta o compromisso de organizar-se para educar e ensinar, prevendo e provendo as flexibilizações curriculares necessárias.

As Diretrizes Nacionais da Educação Especial apontam para a inclusão de alunos nas escolas regulares de ensino, na perspectiva de uma educação inclusiva, onde todas as pessoas tenham a oportunidade de aprender com a diversidade, convivendo com as diferenças. Para tanto é imprescindível que as ações educativas sejam ressignificadas, rompendo com as barreiras que impedem a interação e as aprendizagens.

Prioriza-se a formação continuada por parte dos profissionais da educação, tanto ao que se refere ao surgimento da Educação Especial, como a sua evolução histórica, demarcando as influências Internacionais e Nacionais nesse percurso, chegando às políticas Nacionais e índices atuais de pessoas com deficiência no Brasil. Os profissionais e as escolas carecem de discussões e análise das novas possibilidades de ensinar, considerando as novas perspectivas da educação, centradas no aluno, com um cunho interacionista. Não basta os professores compreenderem que as diferenças devem ser consideradas como outra maneira de expressar-se, mas também necessitam atualizar-se em conhecimento, avanços didáticos e pedagógicos.

Os documentos propõem alternativas de intervenções que possibilitem a abertura de espaço de interação de todas as pessoas no espaço escolar. Esta política visa garantir: Transversalidade da Educação Especial desde a educação infantil até a educação superior; AEE; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o AEE e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos

mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Dentre estes objetivos do documento citado, se quer destacar a sua prioridade para o AEE o qual regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Traz o AEE, realizado em salas de recursos multifuncionais como uma das possibilidades de inclusão, bem como a formação dos profissionais para atuarem neste serviço. Posteriormente este é complementado pelo Decreto nº 6.571/08, o qual descreve a função, os objetivos do AEE e explica onde e a formação necessária para exercer esta atividade pedagógica. Afirma o compromisso do MEC quanto ao subsídio financeiro e técnico para a sua implantação. Este serviço foi criado para complementação ou suplementação curricular aos alunos do ensino regular, por meio de um conjunto de ações pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento e a aprendizagem a partir das habilidades e potencialidades dos alunos. Tem como objetivos: prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos com deficiência, TEA, AH/SD; garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

O AEE é uma proposta viável e necessária nas escolas, apoiando os serviços já existentes na escola e ainda, promovendo a discussão sobre Escola Inclusiva.

O movimento de inclusão tem como fim a ressignificação das ações educacionais, voltadas para a construção do conhecimento, considerando a cultura, atendo-se a historicidade, reconhecendo as práticas sociais, as questões intelectuais e psicológicas do sujeito.

Neste contexto vê-se a crise da Educação Especial e instituições segregadas provocando muitas dúvidas sobre o papel da escola especial e até mesmo sobre a sua continuidade. Na mesma proporção encontramos também dúvidas e necessidades de uma nova postura na escola regular para que possa ser inclusiva.

De acordo com Stainback & Stainback (1999) ao educar todos os alunos juntos “as pessoas com deficiências tem oportunidades de se preparar para a vida na comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão

consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os conseqüentes resultados de melhoria da paz social” (STAINBACK, 1999, p.21)

O AEE aparece como uma possibilidade de mediar essa transição, priorizando a complementação curricular para os alunos com deficiência, com princípios pedagógicos, sem pretender substituir os conteúdos acadêmicos. Para alcançar esse objetivo deverá superar o modelo clínico e realizar o atendimento com o propósito de criar zonas de desenvolvimento proximal (Vigotski), tendo experiências com outros alunos e com o professor mediador, para tratar com o que há de subjetivo nessa construção com alunos com deficiência.

No AEE, deve se considerar que a deficiência não se esgota na sua condição orgânica e/ou intelectual. Lida ainda com os efeitos das relações sociais e as crenças produzidas no interior da cultura. Percebe-se o medo da diferença e do desconhecido que desencadeia o distanciamento e muitas vezes o isolamento, resultando sentimentos de inadequação e discriminação que produz consequências e limites sociais, os quais não estão ligados as causas orgânicas. Estas representações sociais sobre a deficiência criam expectativas limitadas naqueles que os acompanham, bem como na identidade dos sujeitos.

Outro equívoco é quando a escola, bem intencionada, promove atividades diferenciadas somente ao aluno com deficiência, quando o papel da escola é o de respeitar e oportunizar a expressão das diferenças humanas, demonstrando assim que a diversidade é comum a todos. Esta ação inclusiva deve ser um movimento de toda a escola, para todos os alunos, variando a extensão e a profundidade das adequações necessárias. Torna-se primordial a ação cooperativa, apoiada na rede de sustentação, onde todos os atores educacionais envolvam-se com o processo e o acesso de todos aos bens educativos, comuns e singulares.

Para que se cumpra o papel social da escola e do ensino, é fundamental o Planejamento e a Avaliação voltados para a continuidade do processo de aprendizagem, garantindo os projetos coletivos e individuais. O AEE para as pessoas com deficiência, TEA, AH/SD tem o compromisso de alertar para o equívoco de uma educação que se baseia na lógica do concreto e da repetição alienante, negando o acesso da pessoa com deficiência ao plano abstrato e simbólico da compreensão (MEC, 2005). O exercício de favorecer ao aluno em variadas relações com os objetos presentes, ausentes e contribui para a abstração.

O AEE para o aluno com deficiência, TEA, AH/SD destina-se a construir com o aluno uma posição de saber, superando a posição do não saber ou do sentimento de inadequação algumas vezes experimentado por este. O objetivo maior é propiciar condições e liberdade

para que o aluno possa construir a sua inteligência, dentro daquilo que lhe é possível, naquele momento e lugar, tornando-se agente capaz de produzir significado e conhecimento. Este trabalho deve ser conjunto, escola e AEE. Não funciona separadamente, pois é uma ressignificação metodológica e didática, que envolve toda a escola e a família. O AEE realizado em salas de recursos multifuncionais é mais uma possibilidade de inclusão, bem como a formação dos profissionais para atuarem neste serviço.

1.2.1 Conceitos e Objetivos do AEE: uma reflexão constante

Primeiramente, tem-se que ter clareza dos motivos que orienta o trabalho no AEE, sendo estes, inserido em um contexto que construa uma sociedade inclusiva. Esta é a grande meta da educação inclusiva. Para tanto, faz-se primordial que se compreenda o que isso significa no cotidiano escolar. Aponta-se que:

(...) uma sociedade inclusiva é aquela capaz de contemplar, sempre, todas as condições humanas, encontrando meios para que cada cidadão, do mais privilegiado ao mais comprometido, exerça o direito de contribuir com seu melhor talento para o bem comum (WERNECK, 1999, P. 23).

Busca-se a escola inclusiva que se fundamenta na concepção orientada pelo reconhecimento das diferenças humanas e na aprendizagem centrada nas potencialidades dos alunos, ao invés da imposição de rituais pedagógicos pré-estabelecidos. Estes acabam por legitimar as desigualdades sociais e negar a diversidade. O papel das escolas deve atender às necessidades educacionais específicas de seus alunos tendo em vista a complexidade e a diversidade do contexto escolar, tanto nas aprendizagens como na ensinagem.

Faz-se necessário que a escola se reorganize, ressignifique suas ações, flexibilizando o currículo, promovendo a formação de professores em serviço, parcerias com a comunidade e ainda a complementação ou suplementação curricular ao/a aluno/a com deficiência ou superdotação respectivamente.

As salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realizam o AEE para alunos/as com necessidade específica, por decorrência de deficiência, TEA, AH/SD, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimento pelos alunos, subsidiando o desenvolvimento do currículo e participação da vida escolar. É um espaço organizado com

materiais didáticos, pedagógicos e dispõe de profissionais com formação para o AEE, que considere as diferentes áreas e os aspectos relacionados: ao estágio de desenvolvimento cognitivo do aluno; ao nível de escolaridade; aos recursos específicos para sua aprendizagem e as atividades de complementação e suplementação curricular.

O AEE tem o objetivo geral promover a inclusão de alunos com deficiência, TEA e AH/SD em classes comuns da educação infantil e ensino regular, com a meta das políticas da educação inclusiva, mantendo a interação constante entre o professor da classe comum e dos serviços de apoio pedagógico especializado, no sentido de complementação ou suplementação curricular, para a educação básica, a partir da avaliação do aluno em suas habilidades, promovendo o desenvolvimento de suas potencialidades e buscando romper as barreiras que limitam suas aprendizagens.

Mediante o objetivo geral, sugerido para todo o território Nacional, cabe aos serviços organizarem-se conforme as peculiaridades regionais e específicas do contexto em que se insere. Diante das reflexões, planejamentos e replanejamentos neste período de atuação no CA/UFSC, se sugere como objetivos específicos:

- Promover o AEE com vistas ao conhecimento que permita ao aluno incluído nas séries iniciais do Ensino Fundamental o letramento, a leitura, a escrita e a quantificação, sem o compromisso de sistematizar essas noções como conteúdos escolares, enfatizando-se as aprendizagens no campo conceitual, estando desvinculado da necessidade típica da produção acadêmica. O aluno constrói conhecimento para si mesmo, complementando ou suplementando o currículo escolar;

- Assessorar as discussões de flexibilizações curriculares durante o percurso do ano letivo, que considerem o significado prático e instrumental dos objetivos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados aos desenvolvimentos dos alunos que apresentam deficiência, TEA e AH/SD, em consonância com o projeto pedagógico da escola;

- Promover situações de aprendizagens significativas, que favoreça o desenvolvimento individual e social, de maneira ativa.

- Definir o tempo de atendimento individual, duplas ou trios, conforme a necessidade de cada aluno e esse acontecerá sempre no horário oposto ao das aulas do ensino regular.

-Favorecer que esse aluno saia de uma posição de não – saber ou de recusa de saber para se apropriar de um saber que lhe é próprio, ou melhor, que ele tem consciência de que o construiu.

-Reconhecer, a partir da avaliação e acompanhamento, o ponto de partida e o de chegada do aluno, no processo de conhecimento subsidiando as posteriores intervenções pedagógicas e didáticas, tanto na sala de recursos multifuncionais como para a sala de aula comum, estendendo a discussão e orientações ao grupo familiar.

1.2.2 Procedimentos iniciais com alunos em sala de recursos multifuncional

Sugere-se, após a análise do período trabalhado, uma linha de atuação que oriente as ações iniciais nas atividades do professor de educação especial, a qual se apresenta como indicadores flexíveis no cotidiano escolar:

- Reconhecimento das necessidades específicas da criança, adolescente ou adulto;
- Flexibilização curricular: Reunir a equipe administrativa pedagógica e professores envolvidos na inclusão com intencionalidade de promover:
 - Revisão do Plano Político Pedagógico anual, com a finalidade de atualizar os recursos físicos, materiais e humanos às peculiaridades dos alunos da Instituição;
 - Interseção no currículo e o plano político pedagógico propostas resultantes de discussões e reformulações didáticas, pedagógicas e avaliativas no âmbito da educação escolar;
 - Discussões do currículo comum e as peculiaridades do aluno.
- Redimensionamento a cada ano as informações no ato da matrícula, a partir da experiência e reflexão do ano anterior;
- Abordagem com a família em termos de obtenção de informações e orientações no manejo com a criança;

1.2.3 Organização em sala de aula:

-Preparação do espaço educacional onde a criança reconheça-se no ambiente, de acordo com seu perfil inicial;

- Acompanhamento das ações e reações do aluno no período de inclusão, para auxiliá-lo na manutenção da atenção e concentração, bem como interação no grupo e do grupo com este;

- Atenção aos estranhamentos e interações iniciais, para eventuais modificações da rotina escolar, seja nos ambientes quanto nas atividades;

- Construção de uma rotina de tarefas cotidianas, de acordo com sua condição para organização e responsabilidades;

- Conquista de uma relação de confiança e autoridade entre aluno e seus professores;

- Agrupamentos e individualização do ensino. Alguns alunos necessitam de mediação do professor ou dos colegas para aprender o que outros alunos conseguem aprender por meio da experiência espontânea;

- Flexibilização dos objetivos conceituais, se necessário, quanto à profundidade e extensão, a partir das habilidades e potencialidades do aluno.

1.2.4 Procedimentos para a orientação quanto à organização individual:

- A partir de observações constantes e registros de dados significativos de seus movimentos em atividades de sala de aula e demais espaços escolares;

- Organização com o aluno de suas rotinas particulares, tornando-as funcionais;

- Constituição de situações de aprendizagem de caráter: funcional, a partir de suas potencialidades e habilidades;

- Previsão quanto à modificação da temporalidade para determinados objetivos e conteúdos previstos, se necessário;

- Seleção de técnicas e instrumentos apropriado para avaliação do aluno, se necessário;

Considerações finais

Por todos os aspectos mencionados, destaca-se a importância do AEE nas escolas em rede federal, estadual e municipal para os alunos com deficiência, TEA e AH/SD e de profissionais habilitados e especializados para atuação neste serviço.

Observou-se que os alunos obtiveram muitas habilidades até então não eram focadas e trabalhadas no contra turno do ensino regular. No AEE são respeitados o tempo do aluno, ritmos e habilidades, porém, focando em questões que irão complementar sua formação para o trabalho em sala de aula.

Salientou-se a importância do trabalho em equipe (professores do ensino comum e professores de Educação Especial), de forma colaborativa, no sentido de planejar atividades e estratégias condizentes com as necessidades de cada aluno, buscando de forma efetiva, contribuir para o seu processo de ensino e aprendizagem.

Referências

BRASIL. **LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.: LEI BERENICE PIANA.** Brasília DF: Presidência da República, 2012.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.**

Brasília:2008. Disponível em: <

http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf> Acesso em: 09 de agosto de 2015.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009.** Institui Diretrizes

Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009. Disponível em:

file:///C:/Users/Simone/Desktop/Revista%20ed%20B%C3%A1sica/rceb004_09.pdf Acesso em: 09 de agosto de 2015.

_____. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Transtornos Globais do Desenvolvimento.** Belisário Junior,J.F. e Cunha,P. Ministério da SEE, Universidade Federal do Ceará. Brasília, 2010.

_____.Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para Deficiência Mental.** Brasília, 2006.

_____. MEC, Secretaria de Educação Especial. **Saberes e Práticas da Inclusão: construindo Escolas Inclusivas.** Brasília, 2006.

BEYER, Hugo. Por que Lev Vygotski quando se propõe uma educação inclusiva? **Revista do Centro De Educação.** Cadernos: edição: 2005 - Nº 26.

CAMARGOS, Jr., Walter (coordenador). **Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º milênio.** Brasília: Presidência da república, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência, 2005.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto. Os movimentos possíveis e necessários para que uma escola faça a inclusão de alunos com necessidades especiais. In: Jesus, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto e VICTOR, Sonia Lopes. (Orgs.). **Pesquisa e Educação Especial: mapeando produções**. Vitória: Editora, 2005, p 139-154.

LAPLANE, Adriana Lia Friszman. Notas para uma análise dos discursos sobre Inclusão Escolar. IN: GÓES, Maria Cecília Rafael de e LAPLANE, Adriana Lia Friszman.(Orgs). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p 5-20.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Porto alegre: Artmed 2003.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. **Práticas pedagógicas na Educação Especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural de deficiente mental**. Campinas: Autores associados. 2005. 2ª ed.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. **Inclusão** – Um guia para Educadores. Porto Alegre. Artes Médicas, 1999.

WERNECK, Claudia. **Sociedade inclusiva. Quem cabe no seu TODOS?** Rio de Janeiro: WVA – Ed. , 1999.